



SEÇÃO LIVRE

Os franciscanos e a instrução intra e extramuros na Paraíba colonial (séculos XVII e XVIII)

Franciscan Education Within and beyond the Convent Walls in colonial Paraíba (17th and 18th centuries)

Los Franciscanos y la Instrucción Intra y Extramuros en la Paraíba colonial (siglos XVII y XVIII)

Carla Mary S. Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-9642-8081
carla.mary@academico.ufpb.br

Recebido: 13 jul. 2025.

Aprovado: 04 dez. 2025.

Publicado: 14 abr. 2026.

Resumo: Este artigo investiga as práticas educativas promovidas pelos franciscanos da Província de Santo Antônio do Brasil na Paraíba colonial, com ênfase nas formas de instrução intra e extramuros. A partir da análise de documentos manuscritos, impressos e normativos da Ordem, como estatutos, atas capitulares, catálogos de frades e correspondências oficiais, busca-se compreender como os conventos franciscanos operaram como espaços de formação espiritual, moral e intelectual. Com base nos referenciais da História Cultural, o estudo pretende contribuir para o alargamento das discussões na História da Educação sobre o tema, considerando as práticas pedagógicas franciscanas como instrução formal e também como parte de um projeto de conformação disciplinar e evangelização adaptado às condições locais. A análise revela que os frades articularam rotinas internas de ensino aos religiosos com iniciativas de instrução voltadas às comunidades exteriores, assumindo um papel relevante na difusão de saberes e na construção de subjetividades católicas no mundo luso-brasileiro.

Palavras chave: franciscanos; educação colonial; Paraíba; instrução religiosa; séculos XVII e XVIII.

Abstract: This paper investigates the educational practices promoted by Franciscans in Saint Anthony of Brazil Province in colonial Paraíba, with emphasis on forms of instruction both within and beyond the convent walls. Drawing on the analysis of manuscript, printed and normative documents of the Order – such as statutes, capitular records, friars' catalogues and official correspondence – the study seeks to understand how Franciscan convents functioned as spaces of spiritual, moral and intellectual formation. Grounded in the frameworks of Cultural History, the research aims to contribute to the expansion of discussions within the field of History of Education, by considering Franciscan pedagogical practices as formal instruction and also as part of a broader project of disciplinary formation and evangelisation adapted to local conditions. The analysis reveals that the friars articulated internal teaching routines aimed at religious members with initiatives of instruction directed at surrounding communities, thereby playing a significant role in the dissemination of knowledge and the construction of Catholic subjectivities in the Luso-Brazilian world.

Keywords: Franciscans; colonial education; Paraíba; religious instruction; 17th and 18th centuries.

Resumen: Este artículo investiga las prácticas educativas promovidas por la Provincia Franciscana de Santo Antônio do Brasil en Paraíba colonial, con énfasis en las formas de instrucción tanto dentro como fuera de los muros conventuales. A partir del análisis de documentos manuscritos, impresos y normativos de la Orden – como estatutos, actas capitulares, catálogos de frailes y correspondencia oficial –, el estudio busca comprender cómo los conventos franciscanos funcionaron como espacios de formación espiritual, moral e intelectual. Basado en los enfoques de la Historia Cultural, el trabajo pretende contribuir a la ampliación de



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

los debates en la Historia de la Educación sobre el tema, considerando las prácticas pedagógicas franciscanas como instrucción formal y también como parte de un proyecto de formación disciplinaria y evangelización adaptado a las condiciones locales. El análisis revela que los franciscanos articularon rutinas internas de enseñanza dirigidas a los religiosos con iniciativas de

instrucción destinadas a las comunidades exteriores, asumiendo un papel relevante en la difusión de saberes y en la construcción de subjetividades católicas en el mundo luso-brasileño.

Palabras clave: franciscanos; educación colonial; Paraíba; instrucción religiosa; siglos XVII y XVIII.



1 Ao modo de um introito

Os franciscanos desempenharam um papel crucial no processo de conquista e estabelecimento da Capitania da Paraíba, nos últimos anos do século XVI. Ativos na catequese dos povos indígenas, atuaram em aldeamentos no litoral e, durante esse período, também competiram intensamente por espaços e influência com outras ordens religiosas, como os jesuítas², os carmelitas e os beneditinos. Paralelamente, dedicaram-se ao aprimoramento de seu convento na sede da capitania, consolidando sua presença e fortalecendo suas bases de atuação na região ao norte de Igarassu³. Uma das intenções deste artigo é justamente destacar a importância do Convento de Santo Antônio da Paraíba como centro de formação de noviços e frades, com foco no ensino do latim para os recém-professos e das aulas de Filosofia e Teologia nos cursos superiores destinados aos mais aptos entre os religiosos em formação após os votos provisórios. A ideia é também explorar como os religiosos franciscanos possivelmente contribuíram para a instrução dos moradores, ofertando aulas extramuros de gramática latina após a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa em 1759. A pesquisa se debruçou sobre documentos dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa,

e do Arquivo Provincial Franciscano do Recife, no intuito de se cobrir uma significativa lacuna que ainda hoje persiste no conhecimento sobre a atuação dos frades seráficos⁴ no campo educacional na Paraíba colonial, apresentando dados até então pouco trabalhados, a fim de salientar a relevância desses religiosos nesse contexto.

Este texto, que aprofunda e expande análises que já fiz anteriormente⁵, tem por objetivo geral apresentar e discutir as formas de instrução formal e informal promovidas pelos franciscanos na Província de Santo Antônio do Brasil, com foco na casa paraibana, considerando tanto as práticas educativas usuais e internas ao espaço conventual quanto as iniciativas voltadas à formação da população leiga do entorno do cenóbio na sede da capitania. A investigação se fundamenta em fontes manuscritas, impressas e normativas do século XVIII, com ênfase nos registros da vida cotidiana conventual, nas atas capitulares e na documentação administrativa colonial.

Neste estudo, optou-se por uma abordagem que privilegia as práticas e representações construídas no cotidiano dos espaços conventuais, entendendo-os como territórios de produção de sentido e de pedagogias implícitas. A investigação se ancora na tradição da História Cultural, tal como desenvolvida por autores como Carlo

² A respeito dessa "disputa" e da ideia consolidada de proeminência dos jesuítas sobre os franciscanos no que se refere à atuação educacional no Brasil colonial, ver a síntese de Sangenis (2004).

³ A região da antiga capitania da Paraíba estava sob a jurisdição missionária da Província franciscana de Santo Antônio do Brasil, que em 1657 sucedeu à Custódia homônima ereta em 1584, ainda vinculada à Província portuguesa de mesmo nome, e que englobava no período colonial – após seu desmembramento com a criação da Custódia da Imaculada Conceição do Brasil em 1657, sediada no Rio de Janeiro – os conventos de Conde, de Cachoeira, de Cairu e de Salvador, na Bahia; de São Cristóvão, em Sergipe; de Penedo, da Vila de Alagoas, de Sirinhaém, de Ipojuca, de Igarassu, de Recife e de Olinda em Pernambuco; e da Cidade da Paraíba – totalizando treze casas franciscanas.

⁴ A designação de "seráficos", frequentemente atribuída aos franciscanos, remete à célebre visão mística de São Francisco de Assis, na qual ele teria recebido os estigmas de Cristo cerca de dois anos antes de sua morte, e que lhe teria aparecido sob a forma de um serafim alado.

⁵ Ver Oliveira (2017).

Ginzburg (1991, 2007) e Roger Chartier (1991, 2010), orientando-se pela atenção às formas de inscrição do saber e da autoridade nas práticas, nos discursos e nas materialidades da vida regular franciscana, que em muitos casos constituem-se em elementos que só podem ser percebidos por meio da busca de registros fragmentários e dispersos, indícios que fornecem um fio condutor para a compreensão daquela realidade.

Nesse sentido, as fontes analisadas – que incluem crônicas da Ordem e seus estatutos internos, atas capitulares, também atos e registros administrativos da burocracia colonial portuguesa – são compreendidas para além de sua função primordial, pois entendidas principalmente como produções discursivas articuladas entre si e muito bem situadas quanto à chamada Pedagogia Seráfica, ou seja, como produções portadoras de intencionalidades, mediações e efeitos concretos naquele universo. Seu exame privilegia os gestos, os rituais, os modos de regular o tempo e o corpo, bem como os dispositivos de instrução explícita ou tácita que emergem da vida intra e extramuros dos conventos franciscanos. Assim, procura-se entender como os frades articulavam sua vocação e sua práxis à formação de saberes e condutas, num contexto marcado por tensões entre o projeto evangelizador da Ordem e os desafios da realidade colonial: a partir dessa análise, busca-se compreender como os religiosos articularam sua missão evangelizadora com estratégias pedagógicas adaptadas ao contexto social e cultural da colônia, contribuindo assim para o alargamento da noção de espaços educativos na América Portuguesa.

2 Um breve histórico dos primórdios do convento franciscano da Paraíba

O convento de Santo Antônio foi instalado após insistentes pedidos encaminhados pelo governador e capitão-mor da capitania da Paraíba, João Tavares (★?-†?)⁶, ao custódio em Olinda em fins de 1587 (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 273; Mueller, 1957, p. 69). Os frades chegaram à cidade somente por volta de meados de 1588, sendo recebidos pelo próprio Tavares, quando começaram a providenciar a construção de um singelo prédio de taipa, iniciado apenas em 1589, já com as terras paraibanas sob o governo de Frutuoso Barbosa (★c.1530-†c.1599) (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 274). Seu traçado definitivo seria de fato estabelecido apenas cerca de década e meia depois, por Fr. Francisco dos Santos (★?-†c.1612)⁷, que, além de arquiteto, também era escultor e exerceu a guardianship da casa paraibana entre 1602 e 1605 (APFR AD 1701, f. 135). Foi com base nessa planta que, ao longo de todo o século XVII – excetuando-se apenas o período de ocupação holandesa – e estendendo-se pela primeira metade do século XVIII, se basearam as ampliações que substituíram as toscas paredes originais, de taipa, por alvenaria de pedra calcária, oriunda do próprio terreno sob posse dos frades. O ápice dos trabalhos foi, sem dúvida, a decoração interna da igreja conventual, finalizada com primorosos azulejos portugueses nas paredes, detalhadas pinturas em *trompe l'oeil*⁸ no forro da nave e altares e púlpito em talha da melhor qualidade que então poderia ser feita.

⁶ A fase efetiva do governo de João Tavares na Paraíba se iniciou em fins de 1586 (Anônimo, 2010, p. 89), tendo passado por vários percalços quanto à sua autoridade e se estendendo até julho ou agosto de 1588, portanto as solicitações feitas aos frades do convento de Olinda e a recepção aos religiosos que se deslocaram à capitania para fundar o novo convento por Tavares só podem ter se dado nesse período.

⁷ Segundo Fr. Venâncio Willeke (★1906-†1978), historiador da Província entre as décadas de 1930 e 1970, Fr. Francisco dos Santos teria executado a planta definitiva do convento quando exerceu o cargo de guardião na Paraíba, a partir de um esboço que havia elaborado em 1590 (Willeke, 1968, p. 255).

⁸ Literalmente, "engana a vista", efeito ilusionista muito comum na decoração de forros nas igrejas barrocas, em que são simuladas estruturas arquitetônicas e/ou espaços transcendentais povoados por personagens sacros por meio da pintura.

Figura 1 – Convento de Santo Antônio da Paraíba, com cruzeiro, adro e fachada do século XVIII



Foto: Carla Mary S. Oliveira (jun. 2023).

Desde os primeiros momentos de instalação na capitania, os franciscanos tiveram um envolvimento significativo com a missão de aldeamentos indígenas. A “necessidade” de atuação dos religiosos junto aos povos originários objetivando sua catequese era, inclusive, uma das justificativas presentes nas solicitações enviadas ao padre custódio em Olinda, como registrado por Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão (☆1695-†1779) em sua crônica da segunda metade do século XVIII:

[...] súplicas, que da Paraíba [...] haviam há tempos repetido, o Governador, a câmara, e outras pessoas das principais, ansiosos todos de verem a [...] assistência dos religiosos a lançarem fora o temor, e receio, que lhes causava a multidão do gentio bárbaro, e contrário, que ainda habitava por aqueles arredores, pois a experiência lhes havia mostrado, que com o zelo, vigilância e doutrina dos religiosos se domesticava melhor ao rei, e à Igreja esta gente, se introduzia com mais segurança a paz, e cresciam com a sua ajuda, e comércio as

povoações, [...] e se propagava a fé em crédito da Igreja (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 273).

O novo convento, portanto, surgiria como base para a expansão da Custódia de Santo Antônio do Brasil em direção ao litoral ao norte de Olinda, iniciada com a fundação do cenóbio de Igarassu poucos meses antes. Segundo a crônica de Jaboatão, não havia nos arquivos da Província⁹, em meados do século XVIII, nenhuma escritura de doação do terreno do convento aos frades, mas apenas o registro, no próprio cartório da casa conventual, de que houve o convite por parte do Senado da Câmara e do Governador para a instalação dos religiosos e de que, ao chegar à sede da capitania para erigir o novo cenóbio, o custódio, Fr. Melchior de Santa Catarina (☆c.1546-†1618), providenciou a escolha do sítio para erguer sua primeira casa, além de angariar esmolas e materiais entre os moradores locais, os

⁹ A Província de Santo Antônio do Brasil foi ereta em 1657, sucedendo à Custódia homônima instituída em 1584 e ligada à Província portuguesa de mesmo nome. Inicialmente ela exercia jurisdição sobre um vasto território, que ia da Paraíba a São Vicente. Sua circunscrição abrangia conventos distribuídos por Bahia, Sergipe, Pernambuco (incluindo Alagoas) e Paraíba. Em Pernambuco, foram eretos os conventos de Olinda (fundado em 1585), Igarassu (1588), Ipojuca (1606), Recife (1606) e Sirinhaém (1630); em Alagoas, que até 1817 era parte de Pernambuco, os conventos de Penedo (1660) e da Vila de Alagoas, atual Marechal Deodoro (1668); na Bahia, encontravam-se os conventos de Salvador (1587), Conde (1629), Cachoeira (1649) e Cairu (1650); em Sergipe, o convento de São Cristóvão (1657); e na Cidade da Paraíba (1589), sede da capitania de mesmo nome. É importante ressaltar que, antes da criação da Custódia da Imaculada Conceição em 1659, com sede no Rio de Janeiro, a Província de Santo Antônio do Brasil também compreendia os conventos de Vitória (fundado em 1591), Vila Velha (1658), Rio de Janeiro (1608), Santos (1640) e São Paulo (1642), e essa vasta extensão territorial foi, inclusive, o motivo de seu desmembramento.

oficiais da Câmara e o próprio Frutuoso Barbosa, que acabara de substituir João Tavares no cargo de governador (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 274). Sua tarefa se estendeu por cerca de um ano, pois só teria retornado ao convento de Olinda em meados de 1590, quando nomeou o primeiro prelado da nova casa, Fr. Antônio de Campo Maior (☆?-†1601), e somente após esse momento foi que se considerou de fato o convento ereto (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 276).

No que se refere a esses momentos iniciais de instalação dos seráficos na sede da capitania, há certa discrepância nas datas constantes nos registros disponíveis, o que causou certo desencontro na historiografia local. No entanto, parece-me que faltou o entendimento de como funcionava todo o processo de ereção de um convento naqueles idos de finais do século XVI. À data de 1588, que aparece inicialmente em Jaboação (2025, v. 2, p. 274) como a das solicitações do capitão-mor, oficiais do Senado da Câmara e moradores da sede da capitania ao custódio em Olinda, ou seja, de apelo à Ordem pelo atendimento da demanda paraibana, soma-se a de 1589, registrada também em Jaboação e em Manuel da Ilha (1975, p. 48), como de viagem de Fr. Melchior à cidade da Paraíba para instalar os primeiros frades numa casa provisória, a fim de definir o sítio e iniciar a construção do convento, o que teria ocorrido por volta de março daquele ano (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 274). Já o ano de 1590 é de fato quando há uma pequena igreja e convento de taipa erguidos de modo a receber um número maior de frades e servir de base para sua missão junto aos povos originários, a que Jaboação chama de recolhimento, com "doze celas, claustro, e oficinas, com seu oratório" (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 274), daí a designação de Fr. Campo Maior como seu primeiro prelado, em junho daquele ano, quando há registro da realização,

sob a condução de Fr. Melchior, no convento de Olinda, de uma junta para nomeação dos novos responsáveis para os conventos recém-fundados (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 276). Somente a partir desse momento se pode considerar de fato o convento instalado, embora sua fundação tenha se dado em 1589, no momento de definição do sítio, construção do primeiro "recolhimento" e igreja, e definição de seu orago, Santo Antônio (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 275-276).

É preciso assinalar que a fundação do convento paraibano representou algo que ia muito além de um simples ato de expansão territorial da Ordem: constituía-se como a continuidade de um projeto pedagógico de maior monta, de toda a Província franciscana, e que localmente articulava instrução, moralização e presença simbólica da Igreja num espaço urbano ainda incipiente, de uma capitania que em fins do século XVI se constituía, de fato, como a fronteira mais ao norte do domínio luso a partir de Olinda e Recife. A chegada dos frades portugueses, a ereção e constante adaptação e expansão do conjunto arquitetônico de forma a atender as necessidades da vida regular criaram, assim, um ambiente disciplinador que estruturaria o tempo, o corpo e os saberes que seriam parte do cotidiano local, segundo a lógica seráfica.

3 A vida cotidiana, a missão e os usos educacionais do convento

Além das questões relativas à vida cotidiana conventual, como orações nas horas canônicas¹⁰, atendimento aos fiéis de seu entorno, manutenção do prédio, trabalhos nas oficinas e na cozinha, o Convento de Santo Antônio da Paraíba também exerceu e ou abrigou funções/atividades muito importantes para a estrutura da própria Província de Santo Antônio do Brasil e

¹⁰ Instituídas pela Regra de São Bento, as horas canônicas eram a base da vida monástica cristã desde a Idade Média. Com raízes na tradição judaica, que preconizava orações em momentos específicos do dia e da noite, essa prática estruturava o cotidiano dos monges, dividindo o tempo em momentos sagrados dedicados à contemplação e à comunhão com Deus. As horas canônicas eram sete: *matinas*, começando à meia-noite ou na escuridão da madrugada, marcando o início do dia litúrgico; *laudes*, ao raiar do sol, como um cântico de louvor ao Deus que renova a criação; *primas*, por volta das seis ou sete horas da manhã; *terças*, em torno das nove horas; *sextas*, ao meio-dia, coincidindo com a hora do almoço; *noas*, às quinze horas, momento tradicionalmente dedicado à missa conventual; e *vésperas*, ao entardecer, quando o sol se punha e a estrela Vênus, conhecida como Vêspes, surgia no céu. As *completas*, por fim, encerravam o dia litúrgico, por volta de nove da noite, sinalizando o recolhimento para um breve descanso antes de se reiniciar o ciclo das orações (Braunfels, 1972, p. 232).

para a vida na sede da Capitania da Paraíba. Nas primeiras décadas após a chegada dos frades, e instalação da estrutura necessária à vida religiosa numa cidade que ainda tinha poucos anos desde sua fundação, a principal função do convento era servir de base de apoio à missionação nas aldeias dos povos originários. Ainda no final do século XVI, os franciscanos ficaram responsáveis por diversos aldeamentos ou missões na Capitania, que denominavam de "doutrinas". A leitura dessas práticas sugere que o convento operava como um espaço de múltiplas funções, em que a catequese, a convivência e o ensino se articulavam de forma integrada.

Embora não tenha havido um registro sistemático do que ocorria nas escolas abertas para se ensinar as primeiras letras e catequizar os meninos nos aldeamentos sob responsabilidade do convento paraibano, Fr. Vicente do Salvador (☆1564-†1635), que atuou na capitania missionando entre os povos originários entre 1603 e 1606 (Willeke, 1975, p. 144), chegou a descrever muito sucintamente a escola que funcionava no aldeamento de Braço de Peixe, localizado na atual Ilha do Bispo, bairro popular próximo à área central de João Pessoa, às margens do Rio Paraíba: "Ali lhe foram os religiosos dar as boas-vindas ao chefe Zorobabél e o levaram para dentro à escola onde se ensinam os meninos, em que os assentos eram uns rolos e pedaços de paus em que se assentaram" (Salvador, 2010, p. 384). Nessas escolas, segundo Fr. Jaboatão, ensinava-se os jovens indígenas a ler, escrever e tocar instrumentos de origem europeia, a fim de aproveitar seus dons musicais naturais para aproximá-los da doutrina e assim propagar mais facilmente a Fé cristã entre seus *parentes* (Jaboatão, 2025, v. 1, p. 464).

No que se refere ao modo como os franciscanos lidavam com os indígenas nesses aldeamentos

no início do século XVII, a melhor fonte documental que pode esclarecer tal cotidiano é constituída pelos *Estatutos* manuscritos emanados do Capítulo Provincial¹¹ realizado em Lisboa, em 1607. Nele há duas seções dedicadas à missionação, "Advertências pera as nossas doutrinas" e "Modo como se hão de haver os religiosos nas doutrinas"¹², em que se prescreve como deveriam ser conduzidas pelos religiosos diversas rotinas nas escolas criadas para os indígenas, de modo a controlar rigidamente seu comportamento e conseguir modificar seus hábitos ancestrais:

[...] Primeiramente dita pela manhã darão missa por respeito dos trabalhos dos indios, como é costume, e [será] ensinada a doutrina, tão ia-se à escola. Todo o tempo que os moços nela estiverem, estarão [os frades] de feição que tenham medo, e respeito a quem os ensina. E a doutrina, para que fique com mais autoridade e gravidade, se lhes dirá passeando pela Igreja com o capelo na cabeça, e fazendo prática terá o lingua hum escabelinho no qual se assente e passeando algumas vezes se tornará a seu lugar, porque já que é forma de pregação. É moto que se represente com gravidade, exortando os linguas com exemplos de santos, e fazendo-os esquecer de seus ritos gentílicos.

Todo o tempo que os moços estão na escola esteja a porta aferrolhada, todo o mais tempo esteia fechada com chave, pera que quem vier tanja [...].

[...] Não se deem palmatoriadas a índios já velhos principais, porque os tais mais se castigam com repreensão de palavra, que com palmatoriadas de moços. Quando o caso for tal que haja mister castigo, isto não há de ser menos que o tronco, ao qual não mandará algum lingua índio, ou índia, sem o consultar primeiro com o presidente. Nenhum religioso dê palmatoriadas a mulher, mas havendo-as de dar, seja umas às outras, havendo respeito às velhas, às moças, e meninas; e se o que tem cuidado da escola for sobejo em açoitar os moços o advirta o presidente nisso (ANTT, PT/TT/PSA/008/0008, Maço 18, doc. 29, f. 2r-2v)¹³.

Entre os frades que então habitaram a casa paraibana e atuaram rotineiramente nessas missões, destacava-se, segundo Fr. Manuel da Ilha, o Fr. Bernardino das Neves (☆?-†1608),

¹¹ O Capítulo Provincial era uma assembleia regular realizada em cada província franciscana, reunindo representantes dos conventos sob sua jurisdição para deliberar sobre questões administrativas, disciplinares e espirituais. Nessa ocasião, elegia-se o novo Ministro Provincial, distribuíam-se os cargos conventuais e tomavam-se decisões sobre a vida regular, a formação dos frades e a expansão missionária. No Brasil colonial, esses capítulos ocorriam, em regra, a cada três anos, conforme os Estatutos Gerais da Ordem.

¹² Esses dois trechos foram transcritos com diversos erros e omissões por Fr. Venâncio Willeke em seu *Missões franciscanas no Brasil*, de 1974 (Willeke, 1974, p. 77-78).

¹³ A grafia dos documentos manuscritos e textos impressos originais do período colonial foi atualizada nas citações feitas neste artigo, a fim de facilitar a compreensão do conteúdo pelos leitores de hoje, já que muitos não estão habituados às abreviaturas e contrações usualmente utilizadas na correspondência administrativa e nos impressos entre os séculos XVII e XVIII.

olindense, filho do capitão-mor João Tavares. Era língua muito capaz que teria, inclusive, elaborado uma gramática que se tornou muito útil para a missionação nas "doutrinas", obra manuscrita hoje perdida (Ilha, 1975, p. 86-88; Willeke, 1974, p. 53). Há também registro de um *Cathecismo para o gentio do Brasil*, manuscrito elaborado por Fr. Francisco do Rosário (☆?-†1650), irmão leigo português, que ainda chegou a ser utilizado nos aldeamentos antes de 1619 e que, segundo Fr. Jaboatão, se perdeu quando da invasão holandesa em Olinda, sem que restasse qualquer cópia de seu texto (APFR AD 0423, p. 219; Jaboatão, 2025, v. 1, p. 321-322; Willeke, 1974, p. 58; Willeke, 1975, p. 145).

Segundo as crônicas da Ordem, a presença dos frades foi fundamental para o "apaziguamento" dos Potiguara e a integração dos Tabajara ao processo de conquista e ocupação das terras anexas à cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Para Fr. Jaboatão, se "tratou de acudir no provimento de várias aldeias do gentio da terra, que domesticados com os portugueses desejavam unir-se também com a Igreja" (Jaboatão, 2025, v. 2, p. 277). Fr. Manuel da Ilha destaca, inclusive, que missionar entre os indígenas havia sido o principal motivo de criação da Custódia, ao se referir à instalação dos religiosos na Paraíba e às tratativas para que os frades aceitassem o convite do governador

Frutuoso Barbosa, do Senado da Câmara e dos moradores para criar o novo convento:

Foi para isso, aliás, que ele [– o custódio Fr. Melchior de Santa Catarina –] e seus companheiros tinham vindo do Reino; atravessando o Oceano e desprezando o próprio conforto; para realizarem aquela tarefa os tinham enviado para lá seus Prelados maiores [...] levados de zelo para com aquelas almas; enfim, foi em favor da conversão daqueles pagãos que o Sumo Pontífice Sisto V lhes outorgara o documento, que o Custódio imediatamente apresentou junto a outras patentes e cartas régias (Ilha, 1975, p. 81).

Há que se considerar que os franciscanos daquela época entendiam o mundo em que estavam e nele agiam como sujeitos de seu próprio tempo: a necessidade de "amansar" os povos originários e lhes impor o Catolicismo era algo que estava profundamente arraigado na prática dos europeus e dos colonizadores do final do século XVI. O objetivo maior era possibilitar a livre circulação de pessoas – cristãs – e bens nas novas terras da América Portuguesa, especialmente naquelas em que a presença da Coroa ainda não era de todo efetiva. Nesse sentido, ainda nos tempos da Custódia, não espanta que em menos de década e meia depois de sua chegada à Paraíba os franciscanos já respondessem por doze aldeias, como se pode perceber no quadro 1.

QUADRO 1 – Aldeamentos sob a responsabilidade dos franciscanos na Paraíba – 1589-1619

CRIAÇÃO	ALDEAMENTO/ DOCTRINA	DISTÂNCIA DO CONVENTO DE S ^{to} ANTÔNIO DA PARAÍBA	PRINCIPAL ACESSO	ETNIA
1589	Almagre [na atual Praia do Poço, em Cabedelo]	cerca de 16 Km por via terrestre [2,5 léguas]	Rio Paraíba e contorno da foz, pelo litoral	Tabajara
1589	Guiragibe ou Assento do Pássaro [depois São Franciscos] [possivelmente no atual bairro de Várzea Nova, às margens do Rio Tibiri, no município de Santa Rita, região metropolitana]	cerca de 20 Km por via terrestre [3 léguas]	Rio Paraíba e Rio Tibiri	
1589	Praia [com hospício] [na atual Praia de Tambaú, em João Pessoa]	cerca de 8 Km por via terrestre [1,2 léguas]	Rio Paraíba e contorno da foz, pelo litoral	
1589	Mangue [possivelmente o aldeamento que existiu na atual Praia do Bessa, em João Pessoa, com capela dedicada a N. Sra. da Conceição]	cerca de 12 Km por via terrestre [cerca de 2 léguas]	Rio Paraíba e contorno da foz, pelo litoral	
1589	Joane ou Jeane	[?]	[?]	
1593	Braço do Peixe ou Piragibe [no atual bairro de Ilha do Bispo, às margens do Rio Paraíba, em João Pessoa]	cerca de 3,5 Km por via terrestre [½ léguas]	Rio Paraíba ou via terrestre	
1593	Jacoca, ou Conceição de N. Senhora [no centro do atual município do Conde]	cerca de 26 Km por via terrestre [4 léguas]	Rio Paraíba e contorno da foz, pelo litoral e subindo o Rio Gramame ou via terrestre	
1593	São Agostinho	[?]	[?]	
1593	Assunção ou Ipopoca [no centro do atual município de Alhandra, próximo ao Rio Papocas]	cerca de 65 Km por via terrestre [10 léguas]	Rio Paraíba e contorno da foz, pelo litoral e subindo o Rio Papocas, e/ou trilhas por via terrestre	Tabajara e Potiguará
1603	[?]	[?]	[?]	Potiguará
1603	[?]	[?]	[?]	
1603	[?]	[?]	[?]	

Fontes: adaptado e ampliado a partir de Ilha (1975, *passim*) e Willeke (1957, p. 300; 1974, p. 45-53; 1977, *passim*).

Essa primeira fase da missionação franciscana na Paraíba foi encerrada em 1619, quando os frades devolveram todos os aldeamentos à

prefeitura apostólica de Pernambuco, criada em 1614, sendo substituídos por padres seculares (Willeke, 1957, p. 247-248). Durante todo o período

do em que, a partir do convento paraibano, se dedicaram à "doutrina dos gentios", os seráficos se envolveram em querelas com as outras ordens missionárias, especialmente os jesuítas. Referindo-se genericamente à relação dos frades da Custódia/ Província com os religiosos de outras ordens, Fr. Willeke salientou o quanto isso era algo intrínseco à prática missionária dos franciscanos:

Com o primeiro entusiasmo que animava os religiosos em terras de missões, apareciam também imprudências, indiscrições, rivalidades e discórdias com os membros vizinhos de outras ordens. Daí os litígios freqüentes entre os missionários dos vários institutos, a encontrarem eco nas crônicas que defendem ardorosamente os reais ou supostos direitos da própria ordem, realçando as boas qualidades dos confrades, os seus métodos e sucessos

na conversão dos pagãos, e silenciando ou até diminuindo os direitos e sucessos ou exagerando os defeitos e erros dos 'concorrentes', para não dizer adversários, tanto civis como eclesiásticos (Willeke, 1974, p. 16).

No entanto, não se pode negar que a atuação dos missionários seráficos auxiliou significativamente na consolidação da conquista da Paraíba, possibilitando também a expansão para a capitania do Rio Grande, especialmente com a fundação de Natal em 1599. A representação dessa presença nos aldeamentos de então no mapa a seguir, mesmo daqueles que se desconhece o nome, pode dar uma melhor noção da importância do Convento de Santo Antônio nesse contexto.

Figura 2 – "Missões Franciscanas entre os Índios", mapa elaborado por Fr. Tarcísio Jungwirth, OFM



Fonte: Willeke (1957, p. 259).

Embora hoje os paraibanos pouco tenham noção da presença franciscana nesses antigos aldeamentos, sua herança fincou raízes por meio dos templos que instalaram no início do século XVII, em Alhandra, no Conde e na Praia do Bessa,

depois finalizados e melhorados pelos seculares ou por outras ordens missionárias, e que até hoje continuam a fazer parte das práticas devocionais de seu entorno:

Figura 3 – Igreja de N. Sra. da Assunção, Alhandra – PB**Figura 4** – Igreja de N. Sra. da Conceição, Conde – PB**Figura 5** – Capela de N. Sra. da Conceição, Bessa, João Pessoa – PB

Fotos: Carla Mary S. Oliveira (jan. 2024).

Já a capela do antigo aldeamento da Praia – atualmente Tambaú, em João Pessoa –, dedicada a Santo Antônio, hoje já não existe; foi substituída na década de 1960 por uma igreja

maior, no mesmo local, preservando seu orago e continuando a ser um polo de atração para os fiéis da orla pessoense.

Figura 6 – Antiga Capela de Santo Antônio, década de 1940, Tambaú, João Pessoa – PB

Foto: acervo pessoal de Carla Mary S. Oliveira.

O antigo aldeamento do Almagre, na atual Praia do Poço, em Cabedelo, também teve sua capela, que, infelizmente, arruinou-se irremediavelmente ao longo do século XX. A construção original dos franciscanos devia ser mais simples, pois o local

Figura 7 – Igreja de Santo Antônio de Lisboa, 2024, Tambaú, João Pessoa – PB

Foto: Carla Mary S. Oliveira (jan. 2024).

também esteve sob jurisdição de beneditinos e carmelitas¹⁴ entre a segunda metade do século XVII e o final do século XVIII.

¹⁴ Os carmelitas na Paraíba utilizavam largamente a cantaria em pedra calcária para decorar seus templos, e provavelmente essa feição da igreja tenha sido dado por eles, na segunda metade do século XVIII, considerando a qualidade do arco cruzeiro, da pia da sacristia (hoje perdida) e de outros detalhes de sua decoração que só se conhece por meio das fotos da década de 1920 de Walfredo Rodriguez (✠1893-✠1973), e do processo de tombamento pelo Iphan, de 1938.

Figura 8 – Ruínas da Igreja de N. Sra. de Nazaré do Almagre, Praia do Poço, Cabedelo – PB



Foto: Walfredo Rodriguez (1927). Domínio público.

Figura 9 – Ruínas da Igreja de N. Sra. de Nazaré do Almagre, Praia do Poço, Cabedelo – PB



Foto: Carla Mary S. Oliveira (1999).

Figura 10 – Ruínas da Igreja de N. Sra. de Nazaré do Almagre sob obras de intervenção do Iphan, 2016, Praia do Poço, Cabedelo – PB



Foto: acervo do Iphan. Domínio público.

A amplitude e a diversidade dos aldeamentos franciscanos registrados na Paraíba ilustram a presença territorial da Ordem na região litorânea da capitania, expondo também o grau de capilaridade de seu projeto civilizatório. Entendidos usualmente como locais de missão e conversão, esses aldeamentos eram essencialmente núcleos de adestramento religioso e político, nos quais se moldavam os sujeitos catequizados segundo os padrões culturais impostos pela cristandade colonial. Essa geografia seráfica evidencia a função dos frades como operadores locais de uma pedagogia da obediência e da catequese, cujos efeitos ultrapassavam e muito a mera esfera devocional.

3.1 A instrução intramuros: os frades como educadores

Além de centro irradiador da missão, que incluía a catequese dos povos originários em escolas de ler e escrever que funcionavam nos aldeamentos sob sua responsabilidade, o Convento de Santo Antônio da Paraíba também abrigou outras atividades, diretamente ligadas à estrutura de formação instrucional de noviços e frades da Província de Santo Antônio do Brasil, num primeiro momento, ainda no século XVII. Por outro lado, a presença de uma aula de gramática, mesmo que apenas voltada aos frades, evidencia que, além das práticas de formação espiritual e moral, havia também um esforço sistemático de ensino formal no interior do espaço conventual. Trata-se de uma evidência concreta de que os franciscanos não apenas pregavam e

catequizavam, mas também institucionalizaram dispositivos de letramento e instrução, numa pedagogia adaptada à realidade colonial. Essa prática dialoga com as tradições escolares da ordem e confirma que o claustro, longe de ser apenas um refúgio espiritual, operava também como um espaço educativo por excelência.

O detalhe aqui é que o foco sobre o latim na formação inicial dos religiosos parece que tinha o mesmo sentido proposto por Carlota Boto no que se refere ao seu ensino nos seminários jesuíticos, "de alheamento do estudante, cujo contato com o mundo [externo] é percebido como nefasto" (Boto, 1996, p. 50). Mais ainda, é possível traçar um paralelo com o que é afirmado por Agustín Escolano, de que tanto o espaço como o tempo escolar não são elementos apenas formais ou estruturas sem uma funcionalidade no processo educacional, passando bem longe de uma pretensa neutralidade, pois por meio de sua materialidade cotidiana se impõe uma gama de inculcações sensoriais, culturais, ideológicas e morais ao sujeito em formação (Escolano, 1992, p. 56; 2001, p. 26), no sentido de serem esses elementos, na prática, dispositivos pedagógicos difusos. Não se pode deixar de considerar que certamente era o efeito que se queria obter, a partir desse contexto formativo, na instrução dos noviços e frades recém-professos da Província de Santo Antônio do Brasil.

Por outro lado, Tania Iglesias (2012, p. 115-117) aponta a escassez de fontes franciscanas como um dos principais obstáculos para o estudo da atuação educacional da ordem na América Portuguesa. Além disso, a historiografia tradicionalmente associou os franciscanos mais à catequese do que ao ensino formal. Essa visão predominante, que atribui a educação escolarizada no Brasil colonial a outras ordens religiosas como jesuítas, beneditinos, mercedários e

dominicanos, dificulta a compreensão do papel dos franciscanos nesse campo. A historiografia tradicionalmente associou a atuação dos franciscanos na América Portuguesa, principalmente, à formação de seus noviços e à catequese. A ideia de que a ordem se dedicava pouco ao ensino formal de leigos é equivocada e merece revisão. Algumas fontes demonstram que a atuação educacional dos franciscanos era mais ampla do que se supunha, e que a ordem desempenhou um papel importante na formação de novos membros e, em certa escala, na educação de seculares¹⁵.

Documentos como a carta de Fr. Domingos da Purificação (☆?-†1790) a D. Maria I (☆1734-†1816), em novembro de 1779 (AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10107), solicitando autorização para receber noviços, revelam uma realidade mais complexa, principalmente por conta dos interditos régios surgidos no governo de D. José I (☆1714-†1777), vedando a entrada de postulantes nos quadros das ordens religiosas nas terras portuguesas¹⁶. Os anexos a essa carta de 1779 detalham o número de frades e suas atribuições, evidenciando a importância da formação e do recrutamento de novos membros para a ordem, entre elas uma representação de 1739¹⁷, remetida pelo Fr. Manoel da Ressurreição (☆c.1652-†1750), e apresentada em cópia como anexo a essa carta, e que também solicitava a permissão para aceitar noviços, ou seja, ambos os documentos contradizem a visão de que os franciscanos negligenciavam o ensino:

Cada um dos conventos necessita de ter Guardiã, Presidente, Porteiro, Sacristão, Despenseiro, Comissário dos Irmãos Terceiros, *Mestre que ensina gramática aos filhos dos moradores*, ao menos quatro coristas, que com um ou dois velhos são doze ou treze frades [...]; seis confessores não bastam porque os nossos conventos estão dentro das vilas; quatro Pregadores e quatro ou seis esmoleres para os peditórios: isto é nos conventos mais pequenos e das vilas [...].

¹⁵ O governo da capitania paraibana enviou sucessivos pedidos à Coroa portuguesa por mestres de gramática a partir de 1765, tendo sido atendido somente em 1782. A esse respeito, ver: AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1759, D. 1783; Cx. 24, D. 1862, D. 1883; Cx. 25, D. 1913, D. 1925, D. 1943, D. 1977; Cx. 28, D. 2109.

¹⁶ Tais determinações, de fato, levariam ao declínio quase irreversível da Província de Santo Antônio do Brasil, que no Oitocentos, já com seus quadros extremamente reduzidos, foi morrendo à mingua, até finalmente ser refundada por frades enviados da Saxônia, em 1893.

¹⁷ Essa representação de 1739 registra 419 frades na Província naquele ano (AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10107, anexo 5), enquanto Fr. Willeke, baseado na documentação remanescente do Arquivo Provincial Franciscano do Recife, registra que em 1763 havia 470 frades professos nos conventos e nas missões da Ordem entre a Bahia e a Paraíba, divididos "entre sacerdotes, estudantes e irmãos" (Atas, 1970, p. 222).

Pelo que observei pelas visitas dos conventos, e o que a experiência tem estimado, parece-me que os dez conventos menores necessitam de vinte e cinco frades ao menos [...] (AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10107, anexo 5, grifos meus).

A solicitação do provincial franciscano para aumentar o número de frades em 1739, justificada pela necessidade de mestres de gramática, revela a importância que essa atividade tinha para a Ordem. É preciso destacar que os *Estatutos* de 1683 e de 1709 reforçavam o que fora definido ainda na criação da Província franciscana em 1657: o total de frades professores e residentes em seus conventos não deveria superar 236 religiosos (*Estatvtos*, 1683, p. 11; *Estatutos*, 1709, p. 228). No caso específico do convento da Paraíba, esse teto variou entre 20 e 24 moradores (*Estatvtos*, 1683, p. 194; *Estatutos*, 1709, p. 228). Além disso, a inclusão da docência extramuros como uma das funções dos franciscanos em documentos normativos da Província desde 1683 e a menção a ela como uma das principais atividades da ordem em 1739 demonstram que o ensino não era uma atividade marginal para os franciscanos, mas sim uma parte central de sua missão. A associação da ordem com a erudição, como evidenciado pela reflexão de Fr. Domingos da Purificação, é resultado dessa longa tradição de ensino e estudo:

Nem menos é digna destas lágrimas a falta que vai padecendo esta Província, de Letras e decadência nos exercícios literários, *por* não haver Religiosos mancebos, *em cujo aproveitamento exercitando-se o magistério* não falte a mesma Província o esplendor da literatura assim nas aulas como nos púlpitos, e consequentemente cresçam os obreiros na vinha da Igreja para a colheita da Seara Evangélica (AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10107, grifos meus).

Essas solicitações, ao lado das determinações elaboradas nos primeiros anos da Custódia/Província, revelam que a instrução promovida pelos franciscanos não visava à formação de sujeitos letrados no sentido contemporâneo, mas que tinha como principal sentido operar como um instrumento disciplinador, instrumento esse inserido em uma pedagogia do hábito e da

doutrinação. As aulas no espaço conventual e em seus arredores aparecem, nesse contexto, como um espaço de extensão do claustro, em que se ensina a obedecer antes mesmo de compreender, catequese e letramento se amalgamando durante todo o processo. Não se pode esquecer que os espaços educativos na colônia não abarcavam ainda instituições escolares formais, e se multiplicavam em ambientes de catequese, convívio e instrução informal, como os promovidos pelas ordens religiosas. Tania Iglesias, aliás, demonstra que, ao contrário da visão tradicional, os franciscanos desempenharam um papel significativo na educação na América Portuguesa, indo muito além da mera catequese:

Diferentemente do que se tornou senso comum, a educação Colonial não se tratou apenas de iniciação aos preceitos cristãos ou catequese. Os frades estabeleceram e conservaram aqui as seguintes modalidades de ensino: Escola de primeiras letras em regime de internatos para indígenas, Escola de Primeiras letras em regime de externato para leigos, Escola Secundária Interclassista para a elite Colonial e para a formação na Ordem, Ensino Superior em regime de internato para formação na Ordem e Ensino Superior Misto em regime de externato para a elite Colonial e para a formação também do clero secular (Iglesias, 2010, p. 342).

A oferta de aulas de gramática pelos franciscanos no Brasil colonial, especialmente nas capitanias do território que hoje forma o Nordeste, é comprovada por fontes como o *Orbe Seráfico Novo Brasilico*, e também por documentos como as atas capitulares, embora haja algumas discrepâncias entre ambos, como aponta Maria do Carmo Miranda (★1926-†2012) em seu estudo sobre os franciscanos (Miranda, 1969, p. 200-202). O que se sabe é que essas aulas, muitas vezes ministradas para o público externo aos conventos e sem custos para os alunos (Willeke, 1956, p. 301), iniciaram-se por volta de 1650 em Sergipe Del Rey (Atas, 1970, p. 98). A documentação existente no Arquivo Provincial Franciscano do Recife, além disso, confirma a existência de cursos regulares de gramática em diversas localidades, incluindo a Paraíba (1709-c.1790/1795, apenas para os religiosos), além de Cairu (1718-1780) e Sergipe

do Conde (1763-1771) na Bahia, de Sergipe Del Rey¹⁸ (1719-1785), sede da capitania de Sergipe, e de Penedo (1718-1782), Vila de Alagoas (1718-1780), Sirinhaém (1719) e Ipojuca (1719-1780) em Pernambuco¹⁹ (Jaboatão, 2025, v. 1, *passim*; Atas, 1970, *passim*; Miranda, 1969, p. 200-202).

As aulas de gramática latina para os frades recém-profesos na vida religiosa da Ordem, no entanto, foram estabelecidas na Paraíba somente um pouco mais tarde no século XVII, já depois da elevação da Custódia a Província, pois nos *Estatvtos* de 1683 constava a determinação para o funcionamento do noviciado naquele convento (Estatvtos, 1683, p. 11). O domínio da língua latina, aliás, era base inicial da formação dos jovens noviços, que sem seu pleno conhecimento eram impedidos de realizar seus votos provisórios passando a coristas, habilitando-se a receber sua patente do Ministro Geral, o que permitia seguir nos estudos e se preparar para a profissão dos votos perpétuos:

Determinamos que o Irmão Ministro não passe Patente a nenhum Corista, para [tomar] Ordens sem primeiro o mandar examinar de latim, e ciência, por dois Religiosos, e não o achando os Examinadores suficiente lhe negará a Patente; Porque não padeça a Província, afronta nos exames dos Senhores Bispos pela ignorância dos Coristas descuidados em aprenderem o que lhes convém, para seu crédito, e da Religião (Estatvtos, 1683, p. 25).

A vocação do ensino da gramática latina aos noviços parece ter se consolidado fortemente no Convento de Santo Antônio da Paraíba até o início do século XVIII, pois nos *Estatvtos* de 1709 ficou estabelecido que nessa casa houvesse

uma classe especificamente dedicada a esse conteúdo:

Para que os Estudantes, que hão de ir à Filosofia, sejam bons Gramáticos, ordenamos que no Convento de nosso Padre S. Francisco da Cidade da Paraíba haja estudo de Gramática [latina], pois é o fundamento de todas as mais ciências; para o qual elegerá o Irmão Ministro quando for em visita dez, ou doze Religiosos, que vir terem gênio, e habilidade para as mais ciências; e para Mestre do dito estudo de Gramática escolherá de toda a Província o Religioso, que estiver mais bem visto nela, para que da sua explicação se aproveitem os discípulos; ao qual Mestre isentamos de todo o Coro, e obrigações do Convento (Estatvtos, 1709, p. 31).

Segundo Fr. Hugo Fragoso (★1926-†2016), essas aulas de gramática latina voltadas aos religiosos teriam sido instaladas apenas em 1709 (Fragoso, 1980, p. 62), cerca de quatro anos depois do capítulo geral que definiu o conteúdo dos *Estatvtos* impressos também em 1709. No entanto, pode-se até considerar que tais classes tenham se instalado já em seguida ao capítulo geral de 17 de fevereiro de 1705 (Estatvtos, 1709), pois isso seria o mais usual, tendo em vista que nesses momentos também se estabeleciam as "taboas" com as funções a serem exercidas pelos religiosos em cada um dos conventos, incluindo mestres de noviços, mestres de gramática, lentes de Teologia e Filosofia. Ainda segundo Fr. Fragoso, é justamente nessas "taboas" que estão os nomes de ao menos quatro frades que exerceram tal função no terceiro quartel do século XVIII (Fragoso, 1980, p. 62).

QUADRO 2 – Mestres de gramática latina no convento da Paraíba

ANOS	MESTRES (★ - †)	OUTROS CARGOS EXERCIDOS
1730-1732	Fr. Nicolau do Paraíso (? -1771) [guardião do convento no mesmo período]	Sacerdote, Guardiã, Comissário da Ordem 3 ^a .
1735-1736	Fr. José de Belém (? -1777) [guardião do convento no mesmo período]	Sacerdote, Guardiã, Procurador Geral.
1751-1752	Fr. Manuel de Sta. Maria dos Anjos (? -1752) [faleceu no cargo]	Sacerdote, Organista.

¹⁸ Na verdade, a cidade de São Cristóvão, atualmente parte da região metropolitana de Aracaju.

¹⁹ Há que se destacar que Alagoas só foi desmembrado de Pernambuco após 1817.

ANOS	MESTRES (★ - †)	OUTROS CARGOS EXERCIDOS
1752-1754	Fr. Jerônimo de Jesus Maria (? -1754) [faleceu no cargo]	Sacerdote.

Fontes: APFR (AD 0502, *passim*; AD 1701, *passim*) e Fragoso (1980, p. 62).

3.2 As aulas extramuros: os franciscanos e a educação de primeiras letras

Há que se salientar também que logo após a instalação da Província, ainda em fins do século XVI, ao assumir a condução de diversos aldeamentos entre Pernambuco e Paraíba, fazia parte das atividades dos religiosos que atuavam como missionários a ministração de aulas de primeiras letras e gramática latina aos povos originários que catequizavam, haja vista que o primeiro custódio da Província, Fr. Melchior de Sta. Catarina, recomendava que os frades tivessem atenção especial para o que era essencial para o bom resultado de seu trabalho, pois os aldeados, "depois de bem instruídos nos princípios da Fé", deveriam ser também "ensinados a ler e escrever, para melhor inteligência sua, e a poderem ensinar também aos parentes e aos paisanos" (Willeke, 1961, p. 89-90). Essa atuação dos franciscanos, conciliando catequese e ensino de gramática aos povos originários, se estendeu de 1589 a 1619, quando entregaram os aldeamentos de Pernambuco e Paraíba à prefeitura apostólica de Pernambuco (Willeke, 1957, p. 247-248).

O convento da Paraíba, a partir de meados do século XVII, já se destacava na formação inicial dos frades recém-professos, oferecendo aulas de gramática latina como primeiro passo para os futuros estudos de Filosofia, Teologia e Lógica. Esses estudos iniciais deviam ocorrer nas casas de Sergipe do Conde e de Paraguaçu, na Bahia, de Ipojuca, em Pernambuco, e também na Paraíba, como determinado nos *Estatutos* de 1683 (*Estatutos*, 1683, p. 11). A partir do início do século XVIII, o noviciado ficou restrito aos conventos de Paraguaçu, na Bahia, e de Igarassu, em Pernambuco (Atas, 1970, p. 215). Os estudos superiores e finais

dos jovens frades, antes de realizarem os votos perpétuos, tinham foco em Teologia e Filosofia e ocorriam nos maiores conventos da Província: Salvador, Olinda e, eventualmente, Recife (*Estatutos*, 1709, p. 32). O ingresso de noviços era regulado por um conjunto complexo de normas que disciplinavam tanto o aprendizado da doutrina como a própria conduta cotidiana. É preciso ter a percepção de que o espaço do convento funcionava como um lugar de modelagem moral, em que aprendia-se a viver segundo os preceitos da Regra Seráfica. As práticas educativas não se limitavam ao ensino formal: estavam também inscritas na repetição dos gestos, na vigilância mútua e na obediência ritualizada.

Além disso, o declínio da ordem na segunda metade do século XVIII, evidenciado por uma determinação da Congregação Intermédia de 1795, parece ter levado ao encerramento das aulas de gramática, ao menos na Paraíba:

[...] determinou-se, que visto não haver já nesta Província classe de Gramática, *como antigamente houve no nosso Convento da Paraíba*, para instrução e erudição dos nossos Irmãos Coristas ou Noviços em aqueles Conventos, que houvesse Corista ou Noviços [...] (Atas, 1970, p. 142, grifos meus).

Justamente por conta dessa reconhecida "vocaçã" dos seráficos no ensino do latim foi que, já na segunda metade do século XVIII, quando da expulsão dos jesuítas de todas as paragens do Reino por ordem de D. José I em 1759, os frades assumiram tal função em localidades nas quais antes não exerciam tal atividade. Apesar de a documentação existente no Arquivo Provincial Franciscano do Recife não apontar com segurança a atuação dos frades como mestres de gramática extramuros no convento paraibano, há correspondência (AHU_CL_CU_015, Cx. 91, D. 7280) entre o governador de Pernambuco, Luís

Diogo Lobo da Silva (☆1717-†?)²⁰, e Sebastião José de Carvalho e Melo (☆1699-†1782), secretário de Estado do Reino e Mercês, então ainda Conde de Oeiras [futuro Marquês de Pombal], apontando a abertura de aulas de gramática na Cidade da Paraíba, franqueadas ao público extramuros e ministradas pelos franciscanos já em maio de 1759:

Nestes termos me resolvi falar ao Provincial de S^o Antônio deste Estado, por se achar em visita no Convento desta Vila, o qual logo mandou abrir classe, e escolas, sem embargo de não ter acomodações competentes tanto na referida Vila, como na cidade de Olinda e Paraíba, por serem as únicas terras deste Governo em que as não tinham, por pertencerem aos referidos Jesuítas, para o que procedi [...] na certeza de os haver prontos [...]. Darão melhor ao estabelecer se sujeitaram não só a mandar buscar artes do novo método, mas a fazer aulas e escolher Mestres dos mais capazes, que tem a sua Religião para o adiantamento dos discípulos quando Sua Majestade lhes permita a continuação de os ensinar [...] (AHU_CL_CU_015, Cx. 91, D. 7280, f. 1v-2r, grifo meu).

De fato, em um anexo a essa correspondência, o próprio governador dá ciência aos moradores de Pernambuco e da Paraíba sobre sua decisão e acerto com os franciscanos:

[...] Sendo notório a todos os justos motivos que obrigaram [...] a mandar fechar as classes de gramática pertencentes aos Religiosos Jesuítas, e o incômodo que resultava de não haver outras que suprissem a sua falta se fazia indispensável procurar meio conducente a que a utilidade pública não padecesse na cessação dos Estudos que nelas faziam as pessoas dedicadas a segui-los. Dentre os que se propuseram se ofereceu as dificuldades de alguns voluntariamente; e por uma simples e leve insinuação o Reverendíssimo Provincial da Província de Sto. Antônio, levado do ardente zelo e resplandecente caridade em que sempre a Sua Sagrada Religião se soube distinguir em benefício do bem público, a serviço do citado, sem mais utilidade, que a que lhe resulta da prática das referidas virtudes, [...] sacrificando-se a abrir no dia 21 do corrente Estudo interino, na Cidade de Olinda, e Vila do Recife e no Convento de Sto. Antonio da Cidade da Paraíba, e continuá-los em geral benefício de todos os que dele se quiserem aproveitar e particular cômodo dos Pais de família, que tiverem filhos destinados a cultivá-los, nos

quais continuarão enquanto Sua Majestade Fidelíssima for servido aprovar este expediente [...]. Vinte de Maio de 1759. Luiz Diogo Lobo da Silva (AHU_CL_CU_015, Cx. 91, D. 7280, anexo 2, f. 1r-1v, grifos meus).

Contudo, o que se percebe é que essas aulas não devem ter se estendido por muito tempo, se é que chegaram a ser instaladas, pois em poucos anos se iniciou uma mobilização dos moradores da Paraíba, de seu Senado da Câmara e do governador da capitania para que os frades assumissem de forma definitiva as aulas de primeiras letras que antes eram responsabilidade dos inacianos. Durante vários anos, a partir de 1765²¹, houve uma súplica recorrente à Coroa nesse sentido, que ficou registrada em diversas cartas e ofícios²². Duas dessas missivas enviadas a Lisboa pelos paraibanos mais de uma década após o início da Reforma Pombalina assinalam a importância das ações instrucionais dos frades menores para além dos muros conventuais em outras capitanias próximas, e que ela já não se dava mais na Paraíba. De forma insistente, os paraibanos solicitavam os préstimos dos seráficos para remediar a penúria e o abandono das aulas de gramática na sede da Capitania, num pedido bem claro e incisivo:

Snr.

A indigência que experimentam os Naturais moradores desta Cidade da Paraíba de Professores de Letras, para a Educação de seus filhos, nos comove implorar a Vossa Majestade o providencie remédio desse necessário bem [...] e como a nessa mesma Cidade três Religiões, de S. Bento, S. Francisco, e Carmo, [...] podem os Religiosos de qualquer dessas exercer esse grande benefício sendo-lhes assim decretado pela indefectível providência de Vossa Majestade. [...] 30 de abril de 1772, Manoel de Barros Silva, Escrivão da Câmara, que o escrevi.

Bento Luiz da Gama Mathias Leal de Lemos
Francisco Soares Neiva

Domingos José da Rocha (AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1925).

O Conselho Ultramarino demonstrava pouco interesse em resolver a falta de mestres para a

²⁰ Desde fins de 1755, governava também a Paraíba, anexada a Pernambuco após o terremoto de Lisboa, a fim de economizar fundos da Coroa e possibilitar a reconstrução da sede do Império.

²¹ O primeiro documento em que aparece essa queixa é datado de junho de 1765. Ver: AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1759.

²² Ver: AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1759, D. 1783; Cx. 24, D. 1862, D. 1883; Cx. 25, D. 1913, D. 1925, D. 1943, D. 1977; Cx. 28, D. 2109.

prole dos colonos. A sugestão de utilizar para essa tarefa religiosos, como franciscanos, beneditinos e carmelitas, apenas prolongou o processo burocrático, com a carta sendo devolvida ao Senado da Câmara da Paraíba, para posterior reenvio à Real Mesa Censória:

Esta representação para ser impreterivelmente feita, e de conformidade do que Sua Majestade determinou no Alvará de 3 de junho de 1772, devem-na os Oficiais da Câmara dirigir à Real Mesa Censória.

Responda-se à Câmara na conformidade da Resposta do Procurador da Fazenda, 13 de julho de 1772 (AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1925).

A falta de mestres de gramática na Paraíba persistiu por anos²³, como demonstra um ofício de 1797 do governador Jerônimo José de Melo e Castro (☆?-†1797) a seu irmão, Martinho de Melo e Castro (☆1716-†1795), secretário de Estado de Marinha e Ultramar. Apesar de constantes pedidos ao Diretor de Estudos de Recife, o problema não foi resolvido. O governador manifestou preferência pelos franciscanos, que então já atuavam como professores em diversas localidades onde mantinham conventos:

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor,

Depois que se expulsaram os chamados Jesuítas ficou esta Cidade e Capitania sem Mestres de Gramática, e se vai toda a mocidade arcando sem estudos, e brevemente se reduzirá tudo a uma sensível ignorância.

Já expus e dei Requerimento a Sua Majestade que mandou procurasse a providência do Diretor dos Estudos que até este ponto a não deu.

Parecia-me justo que os Padres Franciscanos fossem ensinando Gramática assim como a estão praticando nas suas Casas do Penedo e de Igarassu e na Cidade de Sergipe onde os Religiosos são Mestres públicos de Gramática.

Muito grato a Vossa Senhoria para lo que for servido]. 6 de Novembro de 1776 (AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1977, grifos meus).

O ofício deixa claro que os franciscanos, mesmo com as proibições impostas pelo Alvará Régio de 1759, na verdade ainda ministravam as aulas de gramática como "mestres públicos" em Pene-

do e Igarassu, em Pernambuco, e Sergipe do Conde, na Bahia, como informa o brigadeiro. No caso da Paraíba, a Relação de 1779 enviada a D. Maria I registrava 21 frades como moradores do convento (AHU_ACL_CU_015, Cx. 135, D. 10107, anexo 3), contingente mais do que suficiente para a provisão de um mestre de gramática.

Mônica Santos (2007, p. 114-115), por exemplo, associa a instrução nos conventos de Alagoas diretamente à prática religiosa franciscana, uma relação que muito provavelmente se estendia a outros conventos da ordem, como o da Paraíba. Ela também lembra que, embora as aulas fossem supostamente gratuitas, Fr. Jaboaão sugeria que a Coroa poderia recompensar os frades com esmolas (Santos, 2007, p. 116), evidenciando o caráter prático da instrução para a manutenção dos conventos e a missão catequética na América Portuguesa.

3.3 A formação religiosa superior na casa paraibana

No que se refere aos estudos superiores, ministrados aos frades mais aptos e destinados a futuramente atuarem como lentes, o convento da Paraíba abrigou ao menos cinco cursos no século XVIII. Nessas classes, eram ministradas aulas do chamado *Trivium* – os cursos de Teologia (*Studia Theologiæ*) e Artes, que incluía Filosofia (*Studia Philosophiæ*) e Lógica (*Studia Artium*) –, com vistas ao noviciado e ao cumprimento daquilo que havia sido determinado nos *Estatutos de Barcelona* de 1583 no tocante à formação dos noviços, mas que já se constituía numa tradição normatizada por meio dos *Statuta Generalia* da Ordem desde começos do século XVI e que, ao enfatizar o controle dos tempos, das palavras e dos gestos, do cotidiano dos frades, conformava um verdadeiro dispositivo formativo, no qual o aprendizado se dava tanto pela interiorização de preceitos quanto pela imitação constante. O convento, nesse sentido, era visto como um espaço que se constituía em bem mais do que um local

²³ Tais pedidos só foram atendidos em 1782, com um Aviso do Secretário de Marinha e Ultramar à Mesa Censória, para que se nomeasse um mestre de gramática em atendimento ao governo da capitania, que insistia por uma solução desde 1765. Ver: AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2109.

de passagem para a vida religiosa: tornava-se um campo permanente de instrução moral, sensível à lógica seráfica da perfeição cristã.

QUADRO 3 – Cursos de Artes e Teologia no convento da Paraíba

ANOS	CURSO(S)	LENTE(S) (★ - †)	OUTROS CARGOS EXERCIDOS
1718/1720	Artes	Fr. Antônio do Espírito Santo (? -1721)	Sacerdote.
	Teologia	Fr. José da Vitória Lamego (? - ?)	Sacerdote.
1724/1726	Teologia	Fr. Bernardino de Jesus [Maria] (? -1755)	Sacerdote.
1739/1741	Artes	Fr. Antônio de Santa Maria Traripe (c. 1707-c.1797)	Sacerdote, Missionário, Guardiã.
	Teologia	Fr. Anselmo da Apresentação (? -c.1786)	Sacerdote, Guardiã.
		Fr. André de São Luís (c.1706-1779)	Comissário da Ordem 3ª, Guardiã.
1758/1760	Artes	Fr. Manoel de Santa Helena (? -1774)	Pregador.
	Teologia	Fr. Félix do Rosário (? -1805)	Guardiã, Custódio.
		Fr. Francisco Xavier de Santa Teresa (? -c.1783)	Guardiã.
1764/1766	Filosofia	Fr. João do Rosário [Ferreira] (c.1726-1782)	Literato, Poeta, Pregador.
	Teologia [primal]	Fr. Manoel do Espírito Santo Mourão (? -1776)	Pregador.
	Teologia	Fr. José Maria [de Jesus Marques] (? -1781)	Guardiã, Definidor.
		Fr. Antônio de Santa Eufêmia (? -1793)	Guardiã.

Fontes: APRF (AD 0423, p. 210; AD 1701, *passim*), Jaboatão (2025, v. 1, p. 312-313; v. 2, p. 47), Willeke (1968, *passim*).

O funcionamento dos cursos no Convento de Santo Antônio demonstra que, em meados do século XVIII, a casa paraibana ocupava um papel importante – embora complementar – na estrutura formativa da Ordem seráfica. A atuação franciscana na educação da Paraíba colonial foi significativa, mas deve ser analisada com atenção a suas contribuições e seus limites. Embora os frades possivelmente tenham oferecido oportunidades educacionais após a expulsão dos jesuítas, é essencial considerar em que medida essas ações se alinhavam aos objetivos coloniais e religiosos mais amplos. Os cursos do *Trivium*, voltados prioritariamente à formação interna, revelam uma estrutura pedagógica regular, que inseria o convento em interlocução com os demais centros da Província. Nesse sentido, é possível compreender, à luz de Carlota Boto, que esse ensino, mesmo restrito à formação

da própria Ordem, articulava-se à constituição de sujeitos atuantes no espaço colonial. Assim como os letrados europeus do século XVIII, esses frades operavam como “intérpretes da história, da política e do Estado” (Boto, 2017, p. 16).

O envolvimento da casa conventual na rede de ensino do *Trivium* revela que aquele espaço era mais que um centro provincial de estudos. A prática sistemática do ensino gramatical, retórico e lógico integrava um horizonte disciplinador e pastoral mais amplo, voltado à conformação do corpo clerical regular. Ao formar frades que ocupariam púlpitos e missões, a instituição contribuía para a reprodução de saberes normativos – saberes voltados ao exercício da palavra autorizada, do controle simbólico e da mediação entre a doutrina e os diversos grupos locais: colonos, povos originários e africanos escravizados.

Em termos mais amplos, tais práticas revelam

um espaço educativo cujas fronteiras extrapolavam a sala de aula, diluindo-se na organização da vida regular e no ritmo das funções conventuais. O convento configurava-se, assim, como instituição pedagógica plena, articulando sociabilidades, temporalidades e saberes em torno de um projeto formativo integral, com efeitos que alcançavam o tecido mais amplo da cultura colonial.

4 Como um arremate

A escassez de registros formais sobre os espaços educativos extramuros e a ausência de normatizações explícitas que permitam reconstituir com clareza as rotinas de ensino franciscanas na Paraíba colonial não devem ser tomadas como indícios de inexistência, mas como sinais de que tais práticas frequentemente se inscreviam em camadas subterrâneas da experiência religiosa e institucional. A leitura minuciosa de prescrições internas, disposições regimentais e anotações avulsas revela uma rede de práticas educativas que, embora não sistematizadas nos moldes da escolarização moderna, atuavam como formas eficazes de transmissão de saberes, valores e condutas. Trata-se, portanto, de reconhecer um conjunto de ações reiteradas que estruturavam um regime pedagógico marcado por regularidades discretas e inculcações silenciosas no cotidiano seráfico e catequético.

Nesse sentido, as atividades instrucionais dos franciscanos devem ser compreendidas em seu papel como agentes coloniais. Embora tenham oferecido aulas gratuitas à população paraibana, é necessário questionar seu alcance transformador. O currículo, de base tradicional, reforçava hierarquias e ortodoxias, o que limitava o pensamento crítico e a pluralidade de perspectivas. A saída dos jesuítas em 1759 abriu espaço para que os franciscanos ampliassem sua presença, mas sua atuação também obedecia a lógicas estratégicas e interesses políticos da Ordem junto à Coroa, voltados à ocupação de espaços vacantes e à afirmação institucional.

O Convento de Santo Antônio da Paraíba teve importância relevante na estrutura educativa da Província de Santo Antônio do Brasil, espe-

cialmente no século XVIII. A ausência de aulas permanentes de Gramática Latina voltadas à população local se justifica pelo foco da casa paraibana na formação interna de noviços e professores, preparando-os para os estudos formais do Trivium em centros localizados na Bahia ou em Pernambuco.

A análise de fragmentos documentais permite perceber como os franciscanos construíram em torno do convento uma instância de formação cotidiana, articulando normas, exemplos, rotinas e vigilância. Para além dos muros, a ação catequética junto aos povos originários incorporava práticas de instrução elementar, muitas vezes silenciosas, mas detectáveis nas crônicas e nos registros disponíveis. Entre regulações e práxis cotidiana, delineou-se um campo de experiências educativas cuja inteligibilidade depende da escuta atenta às formas como o saber se entrelaçava à vida religiosa e às exigências coloniais.

Ainda que reste incerteza sobre o envolvimento direto dos frades na instrução da população leiga, como indicam divergências entre documentos oficiais e representações locais, é inegável seu papel na formação cultural da capitania. A atuação franciscana na formação interna dos religiosos provocou reiteradas solicitações por parte dos paraibanos à Coroa para que os frades também assumissem funções docentes, o que evidencia o reconhecimento de sua formação intelectual. A confiança social nos franciscanos como promotores da instrução num cenário de escassez revela sua inserção como mediadores do saber em um contexto colonial marcado por limitações estruturais.

Por outro lado, é necessário problematizar o papel desses religiosos na reprodução das desigualdades sociais. A instrução extramuros raramente alcançava populações indígenas ou escravizadas, mantendo-se restrita às elites ou aos poucos livres que podiam educar seus filhos. Assim, os frades contribuíam para perpetuar um sistema que favorecia a estratificação social e restringia a mobilidade.

Embora os seráficos tenham tido um papel central no cenário educacional da Paraíba colo-

nial, sua atuação deve ser analisada criticamente. Perceber os conventos como espaços escolares, ainda que distintos das estruturas modernas, permite ampliar a noção de instituição educativa no mundo colonial. A pedagogia franciscana, assim, pode ser entendida como experiência de confor-

mação moral e intelectual inserida num horizonte de controle simbólico e disciplinamento, evidenciando como a Ordem atuava sobre os sujeitos coloniais por meio de dispositivos múltiplos de ensino, catequese e exemplificação, impactando diretamente as dinâmicas culturais locais.



Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Lisboa

Administração Central, Conselho Ultramarino, Documentos Avulsos da Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1759; Cx. 23, D. 1783; Cx. 24, D. 1862; Cx. 24, D. 1883; Cx. 25, D. 1913; Cx. 25, D. 1925; Cx. 25, D. 1943; Cx. 25, D. 1977; Cx. 28, D. 2109.

Administração Central, Conselho Ultramarino, Documentos Avulsos de Pernambuco. AHU_CL_CU_015, Cx. 91, D. 7280; Cx. 135, D. 10107.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Lisboa

OFM, Província de Santo Antônio, Província. PT/TT/PSA/008/0008, Maço 18, doc. 29.

Arquivo Provincial Franciscano do Recife – APFR, Recife

APFR AD 0423; APFR AD 0502; APFR AD 1701.

Fontes impressas

ANÔNIMO. *História da conquista da Paraíba* [Sumário das Armadas]. 2. reimp. Brasília: Senado Federal, 2010. Originalmente publicado em 1588.

ATAS Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil (1649-1893). Introdução e notas de Fr. Venâncio Willeke, OFM. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 286, p. 92-222, 1970.

ESTATUTOS da Província de S. Antonio do Brasil [etc.]. Lisboa: Na Oficina de Manoel & Joseph Lopes Ferreira, 1709.

ESTATUTOS da Província de Santo Antonio do Brasil [etc.]. Lisboa: Por Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor da Casa Real, 1683.

ILHA, Manuel da. *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil* (1584/1621). Texto Bilingue. Introdução, notas e tradução do latim por Fr. Ildefonso Silveira (OFM). Petrópolis: Vozes, 1975. Originalmente publicado em 1621.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Orbe Seráfico Novo Brasilico*: Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil. 2 v. Atualização do texto e notas de Fabiano Aguilar Sater e equipe. Petrópolis: Vozes, 2025. Originals de 1761/ 1861-1862.

Referências

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BOTO, Carlota. *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BRAUNFELS, Wolfgang. *Monasteries of Western Europe: the Architecture of the Orders*. Trad. de Alastair Laing. Princeton: Princeton University Press; Londres: Thames & Hudson, 1972.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 07-30, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XXc-nm4BDqdhWWbB7bg7GnZC/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZq-vSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ESCOLANO, Agustin. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, Agustin; FRAGO, Antonio Viñao. *Curriculo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

ESCOLANO, Agustín. Tiempo y educación: notas para una genealogía del almanaque escolar. *Revista de Educación*, Madrid, n. 298, p. 55-79, 1992. Disponível em: <https://www.educacionfpydeportes.gob.es/dam/jcr:83a05b1f-d85d-48ce-a5ff-5dc544cc4cbb/re2980300486-pdf.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FRAGOSO, Hugo. Presença franciscana na Paraíba. *Santo Antonio – Revista da Província Franciscana de Santo Antônio*, Recife, n. 98, p. 49-73, 1980.

GINZBURG, Carlo. Représentation: le mot, l'idée, la chose. *Annales – Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 46, n. 6, p. 1219-1234, 1991. DOI: <https://doi.org/10.3406/ahess.1991.279008>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/annales-histoire-sciences-sociales/article/abs/representation-le-mot-lidee-la-chose/AE5C75DD7553E8833905C3FBCAD1B73B>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História*. 2. ed. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143-179.

IGLESIAS, Tania Conceição. *A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

IGLESIAS, Tania Conceição. Os franciscanos e a primeira experiência missionário-educativa no Brasil colonial (1538-1548). In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar (org.). *Origens da Educação escolar no Brasil colonial*. Maringá: EDUEM, 2012. v. I, p. 115-147.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife: UFPE, 1969.

MUELLER, Bonifácio. Origem e desenvolvimento da Província de Santo Antônio (1584-1957). In: PREIN, Serafim et al. *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil* (Edição Comemorativa do Tricentenário – 1657-1957). Recife: Provincialado Franciscano, 1957. v. 1, p. 37-200.

OLIVEIRA, Carla Mary S. Os franciscanos na Paraíba: formação religiosa, instrução e livreria conventual (sécs. XVIII e XIX). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 120-143, 2017. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/64462>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Xd7dr8dKQRYNcf8k66c6c-cy/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*. Edição revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, 2010.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil – Vol. 1: séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 93-107.

SANTOS, Mônica Costa. *Missionários de letras e virtudes: a Pedagogia Moral dos franciscanos em Alagoas nos séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

WILLEKE, Venâncio [introdução, organização e notas]. Livro dos Guardiães do Convento de Sto. Antônio da Paraíba. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 253-309, 1968.

WILLEKE, Venâncio. As missões da Custódia de Santo Antônio (1585-1619). In: PREIN, Serafim et al. *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil* (Edição Comemorativa do Tricentenário – 1657-1957). Recife: Provincialado Franciscano, 1957. v. 1, p. 245-302.

WILLEKE, Venâncio. Convento de Santo Antônio de Ipojuca. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 255-358, 1956.

WILLEKE, Venâncio. Escolas franciscanas do Brasil. *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, Recife, ano V, n. 1, p. 81-93, 1961.

WILLEKE, Venâncio. Missões e missionários da província de Santo Antônio. *Revista de História*, São Paulo, n. 111, p. 85-100, 1977. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i111p85-100>. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/75516. Acesso em: 25 mar. 2025.

WILLEKE, Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil (1500-1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

WILLEKE, Venâncio. O padre-mestre franciscano (1500-1863). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 47, p. 141-154, 1975.

Carla Mary S. Oliveira

Historiadora (1996), tradutora (2023) e doutora em Sociologia (2003) formada pela Universidade Federal da Paraíba. Realizou estágios pós-doutorais em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e pela Universidade Federal de Pernambuco (2024) e é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, ao qual está vinculada desde 2004. É membro da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna (h_moderna) e membro fundadora da Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil (RIEFBR).

Endereço para correspondência

CARLA MARY S. OLIVEIRA

Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V

Cidade Universitária – Castelo Branco, 58.051-900

João Pessoa, Paraíba, Brasil

Como citar este artigo

Oliveira, C. M. S. Os Franciscanos e a Instrução Intra e Extramuros na Paraíba Colonial: (sécs. XVII e XVIII). *Estudos Ibero-Americanos*, e48535. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2026.148535>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.